



PROTOCOLO SANITÁRIO DE RETORNO ÀS ATIVIDADES DE ENSINO PRESENCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Documento elaborado em conjunto pelas Secretarias de Saúde e de Educação

Fevereiro/2022

1 INTRODUÇÃO

O momento excepcional de pandemia da Covid-19 vivido no Brasil e no mundo em decorrência da doença pelo novo coronavírus - SARS-CoV-2 - tem imposto novos desafios aos sistemas locais de saúde. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional. Na mesma esteira, através da Portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020, o Brasil declarou a Covid-19 como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

Seguindo as orientações sanitárias nacionais e internacionais, uma das medidas implementadas nos Estados e Municípios para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública foi a suspensão das atividades de ensino de forma presencial, as quais foram substituídas por outras possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais.

No município de Juiz de Fora, em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, foram suspensas as atividades escolares nas Instituições de ensino considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, os Decretos Estaduais 47.886/2020, publicado em 15 de março de 2020, e 47.891/2020, publicado em 20 de março de 2020, os Decretos Municipais 13.893/2020, publicado em 16 de março de 2020 e 13.894, publicado em 18 de março de 2020, a Resolução nº 05 do CNE/CEB, de 17 de dezembro de 2009, a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, o Art. 22 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a necessidade de contenção da propagação da infecção e transmissão local e preservar a Saúde Pública.

Atualmente estamos diante de um novo cenário no Município de Juiz de Fora com ampliação da vacinação. Nesse contexto, considerando o conhecimento acumulado sobre a COVID-19 e o esforço implementado de imunização completa dos trabalhadores da Educação e da população acima de 5 anos de idade, torna-se

possível a retomada segura das atividades de ensino presenciais. O retorno é válido para as redes municipal, estadual, federal e privada, envolvendo crianças, adolescentes e adultos.

É importante ressaltar que para que as unidades educacionais tenham as devidas condições de retorno, é necessário um trabalho conjunto das áreas de Saúde, Educação, Comunicação Pública e Procuradoria Geral do Município com a sociedade civil, no sentido de definir e monitorar o cumprimento das medidas a serem seguidas no processo de retomada das atividades presenciais nas instituições de ensino, de acordo com as recomendações oriundas das autoridades sanitárias, apoiadas em evidências científicas.

O retorno às aulas escolares presenciais obedeceu 3 passos prioritários:

- **Instituição de um Comitê de Acompanhamento Interinstitucional para o Retorno às Aulas**, pelo Decreto nº 14.638, de 5 de julho de 2021, composto por representantes das Secretarias de Saúde, Educação, Comunicação e Procuradoria Geral do Município, que dividem a responsabilidade sobre todo o processo de planejamento, coordenação, execução e monitoramento do retorno às atividades de ensino presenciais;
- **Identificação de estudantes e servidores pertencentes aos grupos de risco.** Deve-se atentar ainda a aqueles estudantes e profissionais que, mesmo vacinados, possam apresentar relativo risco de complicações. Estes devem ser avaliados por seus respectivos médicos assistentes afim de determinar a segurança de retorno às atividades presenciais;
- **Realização de formação para toda a comunidade escolar** onde foram abordadas todas as orientações para a adoção das recomendações do Protocolo Sanitário de Retorno às Atividades de Ensino Presenciais no Contexto da Pandemia da Covid-19 no município de Juiz de Fora.

As instituições de ensino da rede particular (escolas, faculdades e centros universitários), rede estadual e federal devem elaborar Plano Individual da Instituição de Ensino (PIIE) com estratégias de retomada segura, com etapas de retorno e adoção

de medidas sanitárias que devem seguir as diretrizes deste Protocolo Sanitário. É de responsabilidade de todas as instituições de ensino, apoiadas pelo município, a observância a todas as regras presentes neste Protocolo, sem a correta observância não é possível garantir um retorno seguro e adequado às demandas das crianças e adolescentes.

Fica definida a obrigatoriedade das aulas presenciais no município de Juiz de Fora.

*** O retorno às atividades escolares presenciais é obrigatório, exceto àqueles estudantes com condições de saúde de maior fragilidade à COVID-19, mesmo com o ciclo vacinal completo, comprovada com relatório médico para permanecer em atividades remotas. Crianças e adolescentes ainda que vacinadas e apresentem uma das condições abaixo, devem aguardar o retorno às atividades presenciais após aumento cobertura populacional sinalizado/anunciado pela Secretária de Estado de Saúde, ou até que seu médico aconselhe o contrário (a critério de julgamento médico):

Imunocomprometidos ou imunodeprimidos:

- pessoas que convivem com o HIV e estão em AIDS;
- pessoas recebendo quimioterapia para câncer (neoplasia);
- pessoas com cânceres hematológicos (leucemia linfocítica crônica, por exemplo);
- pessoas recebendo células-tronco ou transplantados de órgãos;
- pessoas recebendo hemodiálise;
- pessoas que usam certos medicamentos que podem minimizar a resposta imune à vacinação (por exemplo, micofenolato, rituximabe, azatioprina, anticorpos monoclonais anti-CD20, inibidores da tirosina quinase Bruton).

Nesses casos, pais e responsáveis devem apresentar relatório médico atestando à condição de imunocomprometido/imunodeprimido de sua criança/adolescente e a contraindicação ou liberação para as atividades presenciais, com a finalidade de

justificar o retorno ou não às atividades escolares, evitando possíveis penalidades cabíveis civis e administrativas aos pais e responsáveis. Justifica tal medida considerando que imunocomprometidos/ imunossuprimidos ainda que vacinados podem não apresentar resposta adequada a COVID-19, a depender do fenótipo apresentado e grau de imunidade que detém.

Já crianças não vacinadas com complexidades médicas tais como condições genéticas, neurológicas ou metabólicas, tais como: obesidade, diabetes, asma, doença pulmonar crônica, doença falciforme ou com doença cardíaca congênita podem ter risco aumentado de doença grave de COVID-19, neste caso devem apresentar relatório médico aconselhando o não retorno às atividades presenciais se for o caso, evitando sanções jurídicas aos responsáveis.

Crianças e adolescentes vacinadas e com complexidades médicas controladas devem retornar às atividades presenciais.

É importante salientar que como o conhecimento sobre a COVID-19 é dinâmico surgindo novidades no mundo científico diariamente, esta lista não inclui/esgota todas as condições médicas que colocam uma criança ou adolescente em maior risco de doença grave devido a COVID-19. Condições médicas raras, incluindo muitas condições que afetam principalmente crianças, podem não estar incluídas. A lista será atualizada à medida que a ciência evolui e quando evidências científicas robustas sejam apresentadas pelos estudos científicos. O quadro abaixo resume as orientações deste item:

QUADRO RESUMO DE RETORNO DE ATIVIDADES PRESENCIAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM IMUNODEPRIMIDOS/IMUNOSSUPRIMIDOS OU COM COMPLEXIDADES MÉDICAS

Situação de Saúde	Exemplos	Vacinação	O que fazer
Imunodeprimidos Imunossuprimidos	Pessoas que convivem com o HIV e estão em AIDS, pessoas recebendo quimioterapia para câncer (neoplasia); pessoas com cânceres hematológicos (leucemia linfocítica crônica, por exemplo); pessoas recebendo células-tronco ou transplantados de órgãos, pessoas recebendo hemodiálise; pessoas que usam certos medicamentos que podem minimizar a resposta imune à vacinação (por exemplo, micofenolato, rituximabe, azatioprina, anticorpos monoclonais anti-CD20, inibidores da tirosina quinase Bruton).	Vacinados ou não vacinados	Apresentar à escola relatório médico permitindo ou contra indicando as atividades presenciais.
Complexidades Médicas	Doença renal crônica, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, diabetes mellitus, hipertensão arterial grave, asma, pneumopatias crônicas graves, anemia falciforme, câncer, doenças congênitas, obesidade, Síndrome de Down.	Vacinados	Retorno às atividades escolares.
		Não vacinados	Apresentar relatório contra indicando as atividades presenciais, se for o caso.

Uma pessoa com uma condição que não está listada ainda pode estar em maior risco de doença grave por COVID-19 do que pessoas de idade semelhante que não têm a condição e devem conversar com seu médico e se necessário, apresentar relatório médico a coordenação da escola evitando assim repercussões jurídicas cabíveis aos pais e responsáveis.

Alunas Gestantes devem seguir orientações médicas, com avaliação de seu estado de saúde e emissão de relatório médico conforme disposto na Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

Deve ser enfatizada a importância da cooperação intersetorial em todas as etapas do processo, de forma a garantir que essa retomada ocorra de forma segura, planejada, regionalizada, monitorada e dinâmica, incluindo todos os atores da comunidade escolas (professores, gestores, funcionários, pais/responsáveis, alunos).

Este protocolo foi construído apresentando ações que contemplam seis estratégias de prevenção combinadas reconhecidamente eficazes pela literatura científica, que são centrais no enfrentamento da COVID-19 na comunidade e conseqüentemente nas escolas:

- 1.1 Uso universal e correto de máscaras cobrindo boca e nariz, bem ajustadas, garantindo boa vedação;
- 1.2 Lavagem das mãos e etiqueta respiratória;
- 1.3 Limpeza e manutenção frequente das instalações;
- 1.4 Rastreamento de contato em combinação com isolamento e quarentena;
- 1.5 Vacinação da população elegível, em especial trabalhadores da educação, de adolescentes, e crianças a partir de 5 anos.

2 ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR

A retomada das aulas presenciais após o longo período de afastamento da comunidade escolar das atividades no contexto das instituições de ensino impõe a necessidade de reapropriação desse espaço. Para uma adequada organização do ambiente escolar, deve-se levar em conta estrutura física, dimensões do prédio e das salas, ventilação dos ambientes, áreas ao ar livre, número e faixa etária dos estudantes e número de profissionais que trabalham na escola.

1 Adequações gerais necessárias na estrutura escolar

- Planejar o fluxo de entrada e saída dos alunos, evitando aglomerações;
- Facilitar o acesso a pias ou lavatórios com água, sabonete líquido e papel toalha;
- Disponibilizar dispensadores de solução alcoólica 70% nos ambientes da escola e disponibilizar produtos de higienização de ambientes. É contraindicado a utilização de álcool com essências, odorizador, perfumados ou equivalentes tendo em vista que podem favorecer acidentes relacionados a intoxicação de crianças especialmente em idade pré-escolar e escolar;
- Padronizar as lixeiras das escolas de forma a serem todas com tampas acionadas por pedal nos sanitários;
- Distribuir cartazes indicando o fluxo de pessoas, locais de dispensadores de solução alcoólica a 70%, uso correto das máscaras e uso correto das lixeiras;
- Limitar ao máximo o acesso de visitantes, familiares ou voluntários ao prédio da escola;
- No caso de utilização dos elevadores garantir o número adequado de pessoas ocupantes conforme capacidade do elevador, e não permitir sua utilização sem máscara;
- Certificar a ventilação adequada dos espaços, com portas e janelas abertas. Evitar a utilização de ventilador. Caso sejam usados, os ventiladores devem ser mantidos em posição fixa, com fluxo de ar direcionado ao exterior. Imprescindível a limpeza periódica dos ventiladores;
- Evitar utilizar ar-condicionado/climatizadores, se possível, garantindo o ambiente com ventilação adequada, sempre que possível, deixando portas e janelas abertas. Caso o ar- condicionado/climatizador seja a única opção de ventilação, realizar a manutenção e limpeza semanal do sistema de ar- condicionado por meio de PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), não sendo indicada a utilização no modo recirculação de ar;
- Suspender o uso de armário compartilhado, caso existam;

- A higienização dos brinquedos e dos espaços comuns deve ser feita com maior rigor e frequência, sempre após cada atividade;
- Vetar eventos como feiras, palestras, seminários, festas, assembleias, competições e campeonatos esportivos;
- Evitar o uso das salas dos professores, de reuniões e de apoio para alimentação e encontros, usando-as somente para o que for indispensável;
- Estimular a criação e uso de biblioteca virtual. As bibliotecas podem ser abertas, desde que sejam respeitadas as medidas preventivas gerais;
- Fornecer, preferencialmente, alimentos e água potável de modo individualizado. Caso a água seja fornecida em galões, purificadores, bebedouros ou filtros de água, cada um deve ter seu próprio copo ou garrafa de água (identificada com o nome quando pertencerem a crianças pequenas). Os bebedouros de uso direto (jato que vai a boca) devem ser trocados ou desativados, sendo recomendados os modelos com funcionamento por torneiras que servem exclusivamente para encherem garrafas ou copos. Estimular o uso individual de garrafas de água (recipiente com tampa). Quando houver o armazenamento de copos e garrafas individuais, atenção para guardar de forma a não manterem contato entre si.

2 Higiene pessoal e uso de equipamentos de proteção individual(EPIs)

- Todos os funcionários docentes e não docentes e estudantes devem portar um kit individual de higiene contendo no mínimo duas máscaras de uso individual e álcool em gel a 70% quando for recomendável;
- Deve ser obrigatória a utilização de máscaras para acesso e permanência dos funcionários docentes e não docentes e estudantes, de acordo com as recomendações sanitárias estabelecidas;
- A troca da máscara deve ser feita a cada 2 horas ou a cada 4 horas (máscaras cirúrgicas) coincidindo, preferencialmente, com os intervalos das refeições (momento em que já se retira a máscara), ou sempre que estiverem sujas ou molhadas. O uso rotineiro de máscara deve ser feito

obrigatoriamente pelos profissionais, **não sendo recomendado em crianças menores de dois anos ou crianças com necessidades especiais que impeçam o uso adequado de máscaras. O uso por crianças entre 2 e 5 anos deverá ser supervisionado;**

- Ao chegar na unidade, e antes de iniciar suas atividades, os profissionais devem lavar bem as mãos (dedos, unhas, punho, palma e dorso) com água e sabonete líquido, e utilizar toalhas de papel para secá-las;
- Orientar os funcionários para a realização correta e frequente da higiene das mãos com água e sabonete líquido ou solução alcoólica 70%, de acordo com as recomendações da ANVISA, após contato com superfícies ou objetos potencialmente contaminados e após remover os EPIs. Disponibilizar cartazes com a forma correta de higienizar as mãos;
- O profissional de higiene e limpeza deverá utilizar os equipamentos de proteção apropriados (preferencialmente máscaras N95 na higienização de sanitários, luva de borracha, avental, calça comprida, sapato fechado);
- Os óculos de segurança ou protetores faciais são recomendados nos casos em que o aluno não utilize a máscara.

3 MEDIDAS DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Esse momento histórico de pandemia da Covid-19 traz o desafio da formulação e implementação de propostas formativas tanto do ponto de vista da capacitação técnica quanto em relação aos protocolos sanitários e as ações pedagógicas. Dito isso, importante ressaltar que além da formação para o conhecimento, orientação e implementação das ações relacionadas aos aspectos da vigilância sanitária, fundamental o desenvolvimento de proposições formativas de acolhimento e de acompanhamento das ações que pretendem a garantia do direito à aprendizagem. Desse modo, são objetivos gerais e específicos do programa de educação permanente para o retorno as atividades de ensino presenciais:

<p>Promover educação permanente sobre as medidas sanitárias cabíveis para evitar a contaminação pelo novo coronavírus nas instituições de ensino.</p> <p>Realizar capacitações a todos os funcionários para a implementação de práticas de higiene.</p> <p>Realizar formação específica para as equipes de limpeza, de modo a realizar a desinfecção dos ambientes.</p>	<p>Promover formações de acolhimento dos estudantes, seus responsáveis e dos profissionais da educação;</p> <p>Incluir a produção de conteúdo sobre as formas de reduzir a transmissão da Covid-19 no ambiente escolar como parte de atividades e projetos pedagógicos interdisciplinares;</p> <p>Ampliar a comunicação interna e a comunicação entre trabalhadores, estudantes, pais e responsáveis sobre os mecanismos de transmissão da COVID-19 com ênfase nas medidas de proteção individual e coletivas para a prevenção da transmissão do SARS-CoV-2, além das medidas individuais e familiares necessárias após a retomada;</p> <p>Realizar formações voltadas para a reflexão sobre a prática pedagógica considerando os direitos de aprendizagem dos estudantes.</p> <p>Oportunizar ações formativas voltadas para o uso das tecnologias digitais associadas às práticas de ensino e aprendizagem.</p>
---	--

4 CRITÉRIO MÍNIMOS PARA RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS

1 Limpeza e desinfecção do ambiente escolar

Todas as atividades de limpeza e desinfecção de superfícies e ambientes devem estar descritas em Procedimento Operacional Padrão (POP) e seguidas por todos os funcionários, previamente treinados para sua execução, através de rotinas firmes e permanentes a cada mudança de turno.

Além disso, as seguintes diretrizes devem ser observadas:

- Higienizar os banheiros, lavatórios e vestiários antes da abertura, após o fechamento e, no mínimo, a cada turno;
- Higienizar dispensadores de água (bebedouros) com solução alcoólica a 70% frequentemente, e sempre quando necessário. O dispositivo dispensador de água dos bebedouros que exigem aproximação da boca deve ser lacrado, permitindo-se apenas o dispensador para copos e garrafas de uso individual, evitando que estes entrem em contato direto com o dispositivo;
- Recomendar que cada aluno leve seu copo ou garrafa de casa e que haja sinalização para se evitar aglomeração próxima ao bebedouro. O aluno deve higienizar suas mãos com solução alcoólica a 70% antes do uso;
- Realizar a limpeza de todos os ambientes com frequência (áreas comuns, refeitórios, salas e outros) com solução desinfetante, utilizando-se produtos à base de cloro (hipoclorito de sódio), álcool líquido a 70% em superfícies, ou outro desinfetante de uso geral, desde que seja regularizado junto à ANVISA, devendo sempre ser observada a diluição recomendada pelo fabricante;
- Sempre realizar a limpeza das superfícies e objetos antes de aplicar soluções desinfetantes. Importante realizar a remoção de sujidades com água e sabão (ou demais produtos destinados para este fim), de forma manual ou com ajuda de equipamentos;

- Utilizar somente soluções e produtos saneantes eficazes contra o vírus que causa a COVID-19 para a desinfecção de superfícies gerais e de alto toque. Exemplo: álcool a 70% e solução a base de hipoclorito de sódio (água sanitária);
- Providenciar para que todas as superfícies de mobiliários, bancadas, equipamentos sejam rigorosamente higienizadas antes de cada turno de aulas e sempre que necessário, incluindo superfícies de alto toque, como: maçanetas de portas, corrimãos, grades, mesas de refeitório, mesas de escritório, cadeiras, bancadas, carteira dos estudantes, entre outras. O mobiliário deve passar por processo de limpeza com água e sabão, seguido pela desinfecção com álcool a 70% ou outro saneante substituto autorizado pela ANVISA, sempre do sentido mais alto para o mais baixo;
- Devem ser utilizados somente os brinquedos de material lavável e atóxico (plástico, borracha, acrílico, metal). Os mesmos devem ser lavados com água e sabão ou devem ser friccionados com solução alcoólica 70%, antes e após o uso. Objetos de madeira deverão ser recobertos, ou não utilizados. Brinquedos de tecido não devem ser utilizados, assim como aqueles que não podem ser higienizados;
- Utilizar apenas os brinquedos da escola, devendo ser esclarecido aos pais a importância de não enviarem brinquedos de casa para a escola.

2 Espaços coletivos (entrada, secretarias, pátios, entreoutros)

Deve ser estabelecido um cronograma de entrada e saída, bem como de utilização dos espaços comuns (que deverão ser de tempo de uso reduzido) para evitar ao máximo as aglomerações. Além disso:

- Estabelecer, quando possível, fluxos únicos de movimentação e entradas/saídas diferenciadas para grupos diferentes de alunos e trabalhadores;
- Providenciar cartazes informativos sobre as medidas preventivas de contágio da COVID-19 e higienização das mãos nas áreas de circulação do estabelecimento;

- Disponibilizar dispensadores de álcool gel a 70% na entrada e nos corredores para a higienização das mãos dos alunos ao chegarem à escola, ou um funcionário portando um frasco spray contendo álcool líquido a 70% para aspergir nas mãos dos alunos;
- Manter abertas as portas de áreas com maior circulação, de modo a evitar o uso das maçanetas;
- Para atividades ao ar livre, é recomendado que:
 - Haja revezamento de uso do espaço pelas turmas, evitando-se a aglomeração dos estudantes nos espaços livres ao mesmo tempo;
 - Os profissionais garantam que os alunos fiquem distantes e evitem o contato físico;
 - Para atividades de educação física, seguir as mesmas recomendações, evitando aglomerações;
 - Atividades fora da escola devem ser evitadas.
- Priorizar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a realização de reuniões e eventos à distância. Se necessário o encontro presencial, fazer uso de ambientes ventilados e de todas as recomendações de higiene;
- Para atividades em laboratório: utilizar, obrigatoriamente, máscara e touca descartável, cobrindo todo cabelo e orelha, sem uso de adornos, evitar manusear celulares e bolsas, manter o ambiente ventilado, realizar desinfecção de equipamentos e superfícies antes e após o uso;
- Evitar que pais, responsáveis ou qualquer outra pessoa de fora entrem na instituição de ensino, e que estes também não se aglomerem nas entradas da escola, utilizando-se alternância de turmas e horários;
- Priorizar o atendimento ao público por canais digitais (telefone, aplicativo ou online). Para o atendimento presencial, realizar o agendamento prévio;

3 Salas de aula

- As salas de aula devem ser bem ventiladas;
- Suspender o uso de armário compartilhado, caso existam;
- Colocar dispensadores de solução alcoólica a 70% em locais de fácil acesso à equipe e aos alunos, preferencialmente nas entradas das salas ou dentro das mesmas;
- Preferencialmente, os alunos não devem mudar de sala de aula durante o dia escolar. É o professor que deverá se deslocar até a sala de aula. Nas mudanças necessárias, os alunos devem lavar as mãos e as salas devem ser higienizadas antes de cada troca de turma;
- Deve-se orientar todas as mesas, cadeiras na mesma direção (em vez de ficar de frente uma para o outra).

4 Sanitários

- Devem ser providas condições para higiene nasal e das mãos com água e sabonete líquido: lavatório/pia com dispensador de sabonete líquido, porta papel toalha (não permitir o uso de toalhas de tecido), lixeira com tampa acionada por pedal e saco plástico. Em complementação, deve-se:
- Orientar sobre o procedimento correto da lavagem das mãos;
- Evitar que vários alunos utilizem o banheiro de uma só vez, observando o tamanho e disposição desses para definir quantos pode estar nesse ambiente ao mesmo tempo;
- Auxiliar os alunos que não conseguem higienizar suas mãos;
- Recomenda-se que haja um funcionário para verificar o fluxo de alunos para os espaços sanitários de forma a evitar aglomerações.

5

6 Refeitórios, higienização e preparo dealimentos

- Proibir o uso concomitante de refeitórios ou mesas de refeição por grande número de pessoas. Recomenda-se organizar cronograma de forma a evitar

aglomerações e cruzamento entre alunos (fluxos interno e de entradas e saídas), mantendo a distância de 1,0 m (um metro) entre eles. Se for utilizado o refeitório, deve-se escalonar o seu uso, mantendo o distanciamento mínimo recomendado entre os estudantes;

OBS: Neste caso, mantém-se o distanciamento de 1,0 m considerando os riscos associados a retirada da máscara e as alterações de respiração e dispersão de gotículas de saliva durante a alimentação.

- Fica proibido o serviço de *self service*, durante todo período de duração da pandemia. O serviço de buffet e o manuseio da refeição deverá ser feito por um funcionário utilizando os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários (gorro ou touca e máscara);
- Deve-se eliminar galheteiros, saleiros, açucareiros, ou qualquer outro alimento/tempero que seja acondicionado dessa forma, provendo sachês para uso individual;
- Se as refeições forem realizadas nas salas de aula, deve-se assegurar a manutenção ideal da temperatura dos alimentos, disponibilidade de carrinhos para transporte, funcionários para distribuição das refeições e utensílios em quantidade suficiente. Neste caso, deve-se proceder a higienização das mãos e mesas previamente;
- No caso de refeitórios e cozinhas dentro das instituições, deve-se realizar a higienização da bancada de distribuição, com água e detergente e saneante à base de cloro, antes de receber os alimentos e após consumo. Além disso, é obrigatória a adoção de boas práticas na manipulação e preparo dos alimentos (Cartilha Boas Práticas para os Serviços de Alimentação), conforme disponibilizada pelo FNDE/MEC;
- Deve-se utilizar escalonamento por horário do ambiente, devendo ser limitado o tempo de permanência no local, sendo exclusivo para alimentação, restringir o uso de celulares no refeitório;

- Dar preferência à utilização de talheres, pratos e copos descartáveis e, na impossibilidade, realizar a limpeza dos pratos e talheres com água e sabão;
- Orientar para que não haja o compartilhamento de alimentos e bebidas nos ambientes de sala de aula, corredores e demais espaços de realização das atividades;
- Garantir a adoção das Orientações para a Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia da Covid-19, desenvolvido pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse material orienta sobre o planejamento, o recebimento e a distribuição dos alimentos que farão parte da alimentação dos escolares no período em que estiverem na escola, a partir das especificidades para o manuseio, higiene sanitária, elaboração de refeições específicas, controle de saúde dos profissionais envolvidos, entre outros aspectos aos quais se devem dar atenção durante a pandemia;
- Avaliar a necessidade de implementação de novas rotinas de higienização das matérias primas recebidas, como lavagem e desinfecção de suas embalagens. Para os colaboradores envolvidos na recepção das matérias-primas e insumos, a escola deve dispor de instalações adequadas e acessíveis para a lavagem das mãos, com o fornecimento de equipamentos de proteção individual, quando necessário;
- A rotina de limpeza e desinfecção definida deve ser seguida rigorosamente, lembrando que as superfícies, equipamentos e utensílios que entram em contato direto com o alimento devem ser higienizados. Lavar com água e sabão os utensílios do serviço, como espátulas, pegadores, conchas e similares, a cada 30 minutos, higienizando-os completamente;

- A higienização de mesas e cadeiras deverá acontecer a cada troca de grupos;
- A utilização de toucas pelos funcionários, além das máscaras, será obrigatória para atividades que envolvam a preparação e entrega de alimentos;
- Intensificar a atenção e o cuidado no cumprimento das boas práticas de manipulação de alimentos de acordo com a legislação em vigor (RDC ANVISA no 216/2004), incluindo higienização das mãos e antebraços com água, sabonete líquido inodoro e agente antisséptico após a secagem das mãos em papel toalha;
- Proibir a entrada de pessoas externas, como entregadores, no local de manipulação dos alimentos. A entrega de mantimentos e de higiene, dentre outros deve ser realizada na entrada de serviço. Caso a instituição não possua entrada de serviço, deve ser definido horário para receber as mercadorias, que não coincida com o horário de fluxo de pessoas;

5 ORIENTAÇÕES PARA PAIS, RESPONSÁVEIS E ALUNOS

Os gestores educacionais devem prover os meios de comunicação e conteúdos para que as diretrizes abaixo atinjam aos pais, responsáveis e alunos:

- Pais e responsáveis devem estar informados e atentos aos sinais e sintomas da COVID- 19, sobretudo para que em situações de manifestações clínicas da doença sejam cumpridas as orientações de isolamento;
- Alunos que apresentarem sintomas sugestivos de síndromes respiratórias e/ou resultado positivo para COVID-19 ou que tiveram contato* próximo com pessoa que testou positivo para COVID-19 não deverão comparecer

ao ambiente escolar, devendo nos casos sintomáticos e/ou positivos procurar atendimento médico presencial ou através de telemedicina o quanto antes, bem como comunicar a escola. Cabe às instituições esclarecerem quais documentos são necessários para justificar a ausência escolar no caso dos alunos e os procedimentos a serem adotados no caso dos trabalhadores da educação, de acordo com as normas de cada órgão ou instituição.

- Devem realizar a higienização dos materiais levados para a escola;
- Pais ou responsáveis devem orientar a adoção da etiqueta da tosse e a higiene respiratória às crianças e adolescentes, bem como explicar que se evite tocar os olhos, nariz ou boca após tossir ou espirrar ou após contato com superfícies e a importância da higienização correta das mãos quando isso ocorrer;
- Pais, responsáveis e alunos não devem cumprimentar pessoas fora do seu convívio domiciliar com aproximação física (como beijos, abraços e apertos de mão);
- Devem estar instruídos sobre o uso e retirados adequados das máscaras;
- Assegure que a máscara esteja em condições de uso (limpa, seca e sem rasgos);
- Faça a adequada higienização da mão com água e sabonete ou com preparação alcoólica a 70% (cubra todas as superfícies de suas mãos e esfregue-as juntas até que se sintam secas), antes da colocação da máscara;
- Higienizar as mãos com água e sabão, por pelo menos 20 segundos (entre os dedos, no dorso e na parte interna das mãos), especialmente após ida ao banheiro, antes de entrar na sala de aula, antes de comer e depois de assoar o nariz, tossir ou espirrar; secar as mãos com toalhas de papel;
- Se a água e o sabão não estiverem disponíveis, usar solução alcoólica a 70%;

6 ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA GESTORES DE UNIDADES ESCOLARES

O gestor deverá ser a referência dentro da escola e o principal multiplicador

das recomendações deste documento. Cabe ainda ao gestor realizar as articulações necessárias para o cumprimento das medidas de prevenção e controle. Deve implementar políticas e medidas de prevenção às doenças respiratórias. Deve-se atentar ainda a aqueles profissionais, que mesmo vacinados, possam apresentar relativo risco de complicações (imunossuprimidos e imunodeprimidos), estes devem ser avaliados por seus respectivos médicos assistentes afim de determinar a segurança de retorno às atividades presenciais. Incluem, mas não se limitam pessoas imunocomprometidas/imunodeprimidas que podem apresentar complicações ainda que vacinados: pessoas que convivem com o HIV e estão em AIDS, pessoas recebendo quimioterapia para câncer, pessoas com cânceres hematológicos, como leucemia linfocítica crônica, pessoas recebendo células-tronco ou transplantes de órgãos, pessoas recebendo hemodiálise e pessoas que usam certos medicamentos que podem minimizar a resposta imune à vacinação (por exemplo, micofenolato, rituximabe, azatioprina, anticorpos monoclonais anti-CD20, inibidores da tirosina quinase Bruton). Nesses casos, após apresentação de relatório médico atestando a condição de imunocomprometido/imunodeprimido, recomenda-se, conforme possibilidade da instituição, a manutenção de trabalho remoto e retorno às atividades presenciais apenas após o Estado de Minas Gerais atingir a imunidade populacional.

São outras indicações a serem cumpridas por gestores das unidades educacionais:

- Responsabilizando-se por criar o Plano Individual da Instituição de Ensino;
- Flexibilizar o uso obrigatório de uniforme pelos estudantes, garantindo a higienização dos uniformes e roupas utilizadas em ambiente escolar;
- Deve-se orientar a não realização de reuniões presenciais em locais fechados, priorizando reuniões em locais abertos e com ventilação;
- Alocar pessoas com a imunidade comprometida, ainda que vacinadas, conforme possibilidade da instituição e se possível, em atividades que envolvam menor contato com alunos ou em atividades híbridas ou semi-presenciais;

- Os gestores educacionais devem prover os meios de comunicação e fornecimento de conteúdos e informações para que as diretrizes atinjam aos colaboradores, pais, responsáveis, cuidadores e os próprios alunos em linguagem adequada para o público alvo;

- Deve-se limitar ao máximo o acesso de visitantes aos prédios da escola;

- Determinar profissionais para a supervisão dos ambientes compartilhados, evitando aglomerações e garantindo a disponibilidade de solução alcoólica a 70% e a sua utilização adequada;

- Instituir como obrigatório o uso de máscaras adequadas, cobrindo nariz e boca na sua unidade educacional;

- Garantir o correto encaminhamento de casos suspeitos ou contatos próximos para os serviços de referência municipais, ou orientar sobre a possibilidade de consulta médica e/ou psicológica online, caso necessário;

- Trabalhadores da educação das unidades escolares que apresentarem resultado positivo em teste para diagnóstico de COVID-19 ou que apresentarem sintomas característicos de síndromes respiratórias ou que tiverem contato próximo com pessoa que testou positivo para COVID-19 não deverão comparecer ao ambiente escolar, devendo procurar atendimento médico presencial ou através de telemedicina o quanto antes, bem como comunicar a escola. Cabe as SEE e SME esclarecerem qual o processo necessários para justificar o requerimento de licença para tratamento de saúde.

7 ORIENTAÇÕES ADICIONAIS

1 7.1 Educação Especial

Os alunos da educação especial devem ser avaliados de forma individual quanto ao retorno ou não das atividades presenciais a partir de uma análise conjunta entre os pais, responsáveis, profissionais de saúde e profissionais de educação, considerando os fatores biológicos, as condições psicológicas e

emocionais e o contexto social e ambiental em que o aluno esteja inserido. Será necessário que a família apresente um parecer médico que ateste a impossibilidade do retorno presencial.

As deficiências podem ser parte ou uma expressão de uma condição de saúde, mas não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. Portanto, a presença de uma deficiência em um aluno por si só não significa que ele apresente maior vulnerabilidade ao agravamento pela infecção de SARS- CoV-2. Porém, entre as pessoas com deficiência há as que têm maior fragilidade, por apresentarem problemas de saúde preexistentes, considerados como riscos para o agravamento da COVID-19.

Os estudantes que possuem alguma deficiência física ou estudantes com deficiência intelectual podem precisar de um auxílio maior dos profissionais da educação para que as barreiras de proteção sejam alcançadas.

Sob a denominação “público da Educação Especial” está uma gama de sujeitos com características distintas e um grupo absolutamente heterogêneo inclusive em relação às condições físicas e de saúde. O retorno pode ser pensado de forma remota em termos de ensino regular e presencial no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos que apresentam baixa imunidade, resistência para utilização de máscaras e lavagem das mãos e outras questões que impeçam esses sujeitos de conviverem neste momento com outras pessoas no espaço escolar, porém conseguem ambientar-se em uma sala específica, como a Sala de Recurso Multifuncional (SRM). Nesse caso, coordenação pedagógica e professores da turma elaborarão o plano de ação, garantindo a oferta de outras formas de ensino baseadas nas potencialidades e especificidades do aluno.

Nosso município conta com quatro Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) distribuídos de forma regionalizada (Sul, Centro, Leste e Oeste- Sudeste) e Salas de Recurso Multifuncional (SRM) que funcionam dentro das escolas públicas municipais. Assim, a sugestão que se apresenta é que o retorno desses alunos ao formato presencial, seja realizado nos CAEE's e nas

SRM.

Os professores de AEE, tanto dos CAEE's quanto das SRM, atuarão em regime de estreita parceria com os professores de referência da turma e de Docência Compartilhada destes alunos, caso eles façam jus a este profissional em suas respectivas unidades escolares e com a coordenação pedagógica. O trabalho se pautará em garantir o acesso desse aluno a um Plano de Atendimento Individualizado em consonância com o currículo escolar que deverá ser adaptado às especificidades de cadaum.

Os protocolos sanitários a serem seguidos pelos CAEE's e SRM devem seguir os mesmos princípios.

Escolas estaduais e privadas deverão seguir as orientações gerais de controle e prevenção à COVID-19, bem como os mesmos princípios elencados acima para o AEE. As estruturas já utilizadas para o atendimento deste público deverão ser adaptadas de modo a garantir retorno às atividades presenciais de forma segura.

2 7.2 Educação Infantil

Deve-se atentar para algumas medidas:

- Deve-se higienizar e desinfetar a superfície de trocadores de fraldas após cada utilização, bem como realizar o descarte correto das fraldas e outros materiais usados;
- Organizar a entrada e a saída de pais ou responsáveis. Todos devem usar máscaras;
- Atividades de movimento podem ser realizadas desde que com grupos menores de crianças e, preferencialmente, da mesma turma e ao ar livre;
- Os profissionais devem fazer uso de máscara;
- Separar as crianças em grupos ou turmas fixos e não as misturar;
- Respeitar o uso de máscara somente para crianças com idade superior a 2 anos, de acordo com a Nota de Alerta da Sociedade Brasileira de Pediatria de 29 de maio de 2020. Em crianças menores, há risco de sufocamento. A máscara também deve ser dispensada, pelo risco de asfixia, para portadores de necessidades especiais e no momento do sono das crianças na instituição;

- Crianças não devem levar brinquedos de casa para a escola;
- Crianças não devem manipular alimentos durante as atividades pedagógicas;
- Impedir que objetos de uso pessoal sejam usados por mais de uma criança, como copos, garrafas de água e talheres;
- Mamadeiras e bicos devem ser higienizados seguindo procedimentos apropriados, com uso de escova após fervura e solução de hipoclorito de sódio. O mesmo deve ser feito com utensílios utilizados pelos bebês, como chupetas e copos;
- Profissionais devem seguir a recomendação de uso de EPIs.

OBSERVAÇÃO: As demais etapas de ensino não especificadas nas orientações adicionais deverão seguir as medidas já citadas anteriormente.

8 TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar poderá funcionar com 100% da sua capacidade. Sempre que possível, promover a ventilação natural e abundante, por meio da abertura das janelas, observando a segurança dos estudantes. Os veículos com sistema de ar-condicionado devem ter sua manutenção rigorosamente executada, bem como todos os prazos e procedimentos de operação e higienização definidos pelos fabricantes dos equipamentos. Medidas adicionais obrigatórias:

- Uso obrigatório de máscara durante o trajeto pelo motorista e pelos alunos (conforme indicação da idade);
- Obrigatória a higienização interna do veículo após cada viagem;
- Disponibilizar solução alcoólica a 70% nos veículos do transporte escolar para que os estudantes possam higienizar as mãos;
- Deve ser estabelecido um cronograma para o transporte dos estudantes para evitar aglomerações na entrada da escola, deixando-o disponibilizado na recepção do estabelecimento em local visível;
- Os motoristas com sintomas da COVID-19 ou que sejam contatos de casos

suspeitos ou confirmados, devem procurar atendimento médico. Caso seja indicado o afastamento das atividades laborais este deve ser feito conforme orientações médicas e a legislação trabalhista aplicável.

9 IDENTIFICAÇÃO DE CASOS SUSPEITOS, SURTOS E SUSPENSÃO DAS AULAS

Cabe à Instituição de Ensino realizar a busca ativa dos estudantes e trabalhadores da educação, a fim de identificar os casos suspeitos e/ou confirmados de Covid-19. Deve-se ao início e ao longo de cada turno monitorar a presença ou surgimento de sinais e sintomas, além de contactar os alunos faltosos para verificar o motivo da ausência.

Reforça-se a necessidade de orientar a comunidade escolar para que estudantes e trabalhadores da educação que tiverem contato próximo e/ou domiciliar com casos suspeitos e/ou confirmados de COVID-19 não compareçam presencialmente para suas atividades escolares até o fim do isolamento. Além, de ser estabelecida uma interlocução com os pontos de atenção à saúde para encaminhar os alunos e trabalhadores com sintomas. De forma adicional, deve-se:

- Não permitir a permanência de pessoas sintomáticas para COVID-19 na instituição de ensino. No caso de menores de idade, pais ou responsáveis devem ser comunicados para buscar o aluno, que deve aguardar em sala isolada e segura. Orientar as famílias a procurar o serviço de saúde;
- Separar uma sala ou uma área para isolar pessoas que apresentem sintomas até que possam voltar para casa, em local com ventilação abundante e natural. Após a desocupação da sala, mantê-la arejada, com portas e janelas abertas, sem ocupação por 2 horas, para possibilitar a dissipação da possível aerossolização;
- Ao identificar um estudante com sinais e sintomas de síndrome gripal, tanto na entrada da escola como durante o período em que estiver em sala de aula, a escola deve acionar os pais e responsáveis, orientando que esse

estudante deve comparecer a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou a outra assistência médica;

- Notificar, obrigatoriamente, na Plataforma de Monitoramento da COVID-19 da Prefeitura de Juiz de Fora os casos suspeitos e/ou confirmados e a negativa quando não houver casos, semanalmente, todas às sextas-feiras ao fim do último turno da instituição.
- As autoridades locais de saúde devem ser notificadas imediatamente, e a equipe da APS de referência da escola deve ser comunicada. Em situação de caso confirmado, os profissionais e a comunidade escolar devem ser informados, e as atividades escolares devem ser reavaliadas.

O rastreamento por sintomas, com indicação de isolamento em pessoas com suspeita de infecção por COVID-19 e todos os contatos próximos de casos suspeitos ou confirmados, é a estratégia indicada nesse documento.

Para COVID-19, um contato próximo é definido como qualquer indivíduo que esteja a menos de 1,5 metros de uma pessoa infectada por pelo menos 15 minutos, a partir de 2 dias antes do início da doença (ou, para pacientes assintomáticos, 2 dias antes da coleta positiva da amostra) até 10 dias após a data de início dos sintomas do caso confirmado). Para a identificação de contato próximo, consideram-se as seguintes possibilidades:

- Esteve a menos de um 1,5m de distância, por um período mínimo de 15 minutos, com um caso confirmado sem uso de máscaras ou utilizando-a de forma inadequada;
- Teve contato físico direto (por exemplo, apertando as mãos) com um caso confirmado;
- Contatos domiciliares: residentes na mesma residência/ambiente;
- Monitorar e informar na plataforma da PJJ sobre a situação de casos suspeitos e confirmados da escola semanalmente, bem como acionar as autoridades de saúde quando constatado que 30% dos alunos de uma mesma turma se encontram confirmados laboratorialmente com ocorrência simultânea ou no intervalo de 14 dias, o que ocorrer primeiro. Na

ocorrência desta situação, suspender as aulas por 5 dias a contar da data do último resultado. O mesmo se aplica aos professores exclusivos da turma afastada.

10 CONTROLE DE VERSÕES

VERSÃO	DAT
Versão 1.0	Março 2021
Versão 1.1	Setembro 2021
Versão 1.2 Distanciamento físico reduzido para 0,90 m exceto área de alimentação; transporte escolar e áreas da escola podem operar com ½ da capacidade máxima de alunos;	Setembro 2021
Versão 2.0	Outubro 2021
Versão 3.0	Fevereiro 2022

11 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Orientações para a retomada segura das atividades presenciais nas escolas de educação básica no contexto da Pandemia da Covid-19. 2ª Edição, 2021.

SES-MG. Protocolo Sanitário de Retorno às Atividades Escolares Presenciais no Contexto da Pandemia da Covid-19. Versão 7.0 Revisada. Janeiro/ 2022.

Prefeitura de Campinas. Protocolo Sanitário Municipal – Caderno 6 Educação, Edição 4. Outubro 2020.